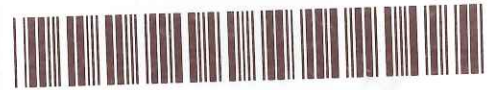


JUCESP
17 01 25



JUCESP PROTOCOLO
0.076.577/25-9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 48ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO
SOCIAL DA CHIESI FARMACÊUTICA LTDA.**

CNPJ/MF nº 61.363.032/0001-46

NIRE 35.210.308.451

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

(a) **CHIESI FARMACEUTICI S.p.A.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da Itália, com sede na Via Palermo, nº 26, A, na cidade de Parma, Região da Emilia Romanha, Itália, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.490.860/0001-74, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. Fernando Fagundes Iazzetta, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.820.239-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 323.852.128-46 e na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo sob o nº 278.339, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000; e

(b) **VALLINE S.r.l.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da Itália, com sede na Via Verdi, nº 06, na cidade de Parma, Região da Emilia Romanha, Itália, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.559.044/0001-23, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. Fernando Fagundes Iazzetta, acima qualificado;

únicas sócias da **CHIESI FARMACÊUTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Giacomino Chiesi, nº 151, Km 39,2 da Estrada dos Romeiros, CEP 06513-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.363.032/0001-46, com seu Contrato Social devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.210.308.451, em sessão de 24 de Julho de 1991 e última alteração arquivada nesta mesma repartição sob número 258.902/24-3, em sessão de 02 de julho de 2024 ("Sociedade");

têm entre si justo e contratado alterar e consolidar o referido Contrato Social de acordo com os seguintes termos e condições:

1. Alteração da Administração da Sociedade.

1.1. As sócias decidem destituir o Sr. **Fernando Fagundes Iazzetta**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 35.820.239-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 323.852.128-46, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, do cargo de Diretor Jurídico da Sociedade, outorgando a ele a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação ao período em que exerceu o cargo de Diretor Jurídico da Sociedade.

1.2. Ato seguinte, as sócias decidem eleger e nomear como Diretora Jurídica da Sociedade, por prazo indeterminado, a Sra. **Mariana Campanate Rodrigues Viñau**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 63.514.234-x, SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 046.389.466-90, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000.

1.3. A Diretora Jurídica ora eleita toma posse nesta data e declara, sob as penas da lei, não estar impedida de exercer seu cargo, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

1.4. Em razão das deliberações acima, o Parágrafo 2º da Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula 7ª. A administração e a gestão da Sociedade incumbem a uma ou mais pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, sócias ou não, designadas pelos sócios no próprio Contrato Social ou em ato separado para a administração da Sociedade. Os administradores da Sociedade ficarão incumbidos de desempenhar as funções de administração e representação da Sociedade por prazo indeterminado, podendo ser substituídos ou destituídos a

qualquer momento por deliberação de sócio ou sócios representando a maioria do capital social.

(...)

Parágrafo 2º - *Em conformidade com o disposto na Cláusula 6ª do presente Contrato Social, os sócios elegeram e nomearam (i) o Sr. **Marco Ruggiero**, italiano, casado, economista, portador do RNM nº B0180240 CPGI/DIREX/PF e inscrito no CPF/MF sob nº 013.383.311-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, como Diretor Geral da Sociedade; (ii) o Sr. **Marcelo Augusto Pereira**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.527.642-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 302.635.218/77, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, como Diretor Financeiro da Sociedade; (iii) a Sra. **Catarina Mariko Hayashi Nakazaki**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 11.486.700-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 071.116.668-44, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Giacomio Chiesi, nº 151, Km 39,2 da Estrada dos Romeiros, CEP 06513-005, como Diretora de Operações Industriais; e (iv) a Sra. **Mariana Campanate Rodrigues Viñau**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 63.514.234-x, SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 046.389.466-90, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, como Diretora Jurídica."*

2. Desdobramento das Quotas.

2.1. As sócias decidem alterar o valor nominal das quotas do capital social da Sociedade, atualmente de R\$ 10,00 (dez reais), para R\$ 1,00 (um real), mediante o desdobramento das 1.845.280 (um milhão, oitocentas e quarenta e cinco mil,

duzentas e oitenta) quotas da Sociedade, com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, para 18.452.800 (dezoito milhões, quatrocentas e cinquenta e duas mil e oitocentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, de forma que o capital social de R\$ 18.452.800,00 (dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais) permaneça inalterado, bem como a participação que cada sócia detém na Sociedade.

3. Aumento do Capital Social da Sociedade.

3.1. As sócias decidem aumentar o capital social, atualmente de R\$ 18.452.800,00 (dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, para R\$ 39.689.788,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais), um aumento, portanto, de R\$ 21.236.988,00 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais), mediante a criação de 21.236.988 (vinte e um milhões, duzentas e trinta e seis mil, novecentas e oitenta e oito) novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

3.2. As novas quotas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pelas sócias, de forma proporcional à sua participação no capital da Sociedade, mediante a capitalização da Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais da Sociedade, conforme registrado no balanço patrimonial da Sociedade levantado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 21.236.988,51 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), sendo desprezados para fins do presente aumento os R\$ 0,51 (cinquenta e um centavos).

3.3. Em razão da deliberação acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

"Cláusula 5ª. O capital social é de R\$ 39.689.788,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais), representado por 39.689.788 (trinta e nove milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, setecentas e oitenta e oito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

(a) **CHIESI FARMACEUTICI S.p.A.** possui 39.689.767 (trinta e nove milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, setecentas e sessenta e sete) quotas do capital social, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional; e

(b) **VALLINE S.r.l.** possui 21 (vinte e uma) quotas do capital social, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.".

4. Consolidação do Contrato Social.

4.1. Em virtude das alterações deliberadas acima, as sócias decidem consolidar o Contrato Social, o qual passa a vigorar com a redação abaixo:

**"CONTRATO SOCIAL DA
CHIESI FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ/MF nº 61.363.032/0001-46
NIRE 35.210.308.451**

Capítulo I - Denominação, Sede e Domicílio Legal, Filial, Objeto Social e Duração

Denominação, Sede e Domicílio Legal

Cláusula 1ª. A Sociedade denominar-se-á **CHIESI FARMACÊUTICA LTDA.** ("Sociedade"), a qual será regida pelo presente Contrato Social e legislação pertinente, especialmente pelas disposições da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), em especial pelo Capítulo IV do Subtítulo II do Livro II, "Do Direito de Empresa" e, em suas omissões, pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e alterações posteriores.

Cláusula 2ª. A Sociedade terá sua sede e domicílio legal no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Giacomini Chiesi, nº 151, Km 39,2 da Estrada dos Romeiros, CEP 06513-005.

Parágrafo 1º - A Sociedade possui as seguintes filiais:

(a) filial (escritório administrativo) na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.363.032/0010-37 e com NIRE 35901761566; e

(b) filial (comercialização) na Rodovia Fernão Dias, SN, KM 947,4, Módulo B, Galpão CD4, Área 1, Bairro dos Pires, CEP 37640-000, na cidade de Extrema, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.363.032/0015-41 e com NIRE 3192005554-6.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá abrir, manter, transferir ou fechar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação tomada em reunião convocada para esse fim, por sócio ou sócios representando a maioria do capital social.

Objeto Social

Clausula 3ª. A Sociedade tem por objeto social o desenvolvimentos das seguintes atividades, considerando os interesses de curto e longo prazo da Sociedade e de seus sócios, os efeitos econômicos, sociais, ambientais e legais das operações em relação aos seus empregados ativos, fornecedores, consumidores, credores e a comunidade em que ela atua local e globalmente, (a) a industrialização, comercialização, promoção, distribuição, importação, exportação, representação e consignação de (a.i) produtos farmacêuticos, químicos, cosméticos, dietéticos, suplementos nutricionais, de higiene pessoal e produtos para saúde, bem como de (a.ii) máquinas, aparelhos, equipamentos e seus acessórios utilizados na indústria farmacêutica e química; (b) a promoção, estímulo, assistência e realização de estudos e pesquisas de qualquer natureza, relacionados ou não com as atividades sociais, objetivando a descoberta, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de produtos, processos e aplicações; (c) a prestação, a terceiros, de serviços correlatos às atividades previstas nesta cláusula; (d) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista e (e) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - Para condução das atividades acima a Sociedade pretende: (i) atuar de forma responsável, sustentável e transparente com as pessoas, comunidades e meio ambiente, promovendo saúde, inclusão e justiça; e (ii) melhorar constantemente

a sustentabilidade de seus processos e práticas, a fim de mitigar os impactos negativos e maximizar os benefícios para as pessoas, a biosfera e o planeta, rumo a uma economia com emissão líquida zero de gases de efeito estufa, em linha com as objetivos internacionais de neutralidade climática e transição ecológica.

Duração

Cláusula 4ª. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, cabendo aos sócios deliberarem sobre sua dissolução, liquidação ou continuação.

Capítulo II - Capital Social

Cláusula 5ª. O capital social é de R\$ 39.689.788,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais), representado por 39.689.788 (trinta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentas e oitenta e oito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

- (a) **CHIESI FARMACEUTICI S.p.A.** possui 39.689.767 (trinta e nove milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, setecentas e sessenta e sete) quotas do capital social, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional; e
- (b) **VALLINE S.r.l.** possui 21 (vinte e uma) quotas do capital social, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Cláusula 6ª. A responsabilidade de cada um dos sócios é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, consoante determina o artigo 1.052 do Código Civil. Cada quota dará direito a um voto nas decisões a serem tomadas pelos sócios.

Capítulo III – Administração

Cláusula 7ª. A administração e a gestão da Sociedade incumbem a uma ou mais pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, sócias ou não, designadas pelos sócios no próprio Contrato Social ou em ato separado para a administração da Sociedade. Os administradores da Sociedade ficarão incumbidos de desempenhar as funções de administração e representação da Sociedade por prazo indeterminado, podendo ser substituídos ou destituídos a qualquer momento por deliberação de sócio ou sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo 1º - Os Diretores eleitos em atos separados serão havidos como empossados mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da administração, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes a sua designação, devendo ser averbada a nomeação no registro competente em 10 (dez) dias seguintes ao da investidura.

Parágrafo 2º - Em conformidade com o disposto na Cláusula 6ª do presente Contrato Social, os sócios elegeram e nomearam (i) o Sr. **Marco Ruggiero**, italiano, casado, economista, portador do RNM nº B0180240 CPGI/DIREX/PF e inscrito no CPF/MF sob nº 013.383.311-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, como Diretor Geral da Sociedade; (ii) o Sr. **Marcelo Augusto Pereira**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.527.642-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 302.635.218/77, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, como Diretor Financeiro da Sociedade; (iii) a Sra. **Catarina Mariko Hayashi Nakazaki**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 11.486.700-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 071.116.668-44, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Giacomini Chiesi, nº 151, Km 39,2 da Estrada dos Romeiros, CEP 06513-005, como Diretora de Operações Industriais; e (iv) a Sra. **Mariana Campanate Rodrigues Viñau**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 63.514.234-x, SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 046.389.466-90, residente e domiciliada na cidade de São

Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Doutor Rubens Gomes Bueno, nº 691 - cj. 141, Bloco A - Condomínio 17007 Nações, Várzea de Baixo, CEP 04.730-000, como Diretora Jurídica.

Deveres e Atribuições da Administração da Sociedade

Cláusula 8ª. Os Diretores e administrador serão responsáveis pela administração dos negócios da Sociedade e pela prática dos atos necessários ou convenientes para a consecução do objeto social, de acordo com suas competências específicas definidas neste instrumento, divididos em (i) Diretor Geral, (ii) Diretor Financeiro, (iii) Diretor de Operações Industriais, e (iv) Diretora Jurídica. Respeitado o previsto na legislação aplicável e neste Contrato Social, os membros da Diretoria deverão:

- (a) fazer com que a Sociedade cumpra com a legislação aplicável, com este Contrato Social e com as deliberações que venham a ser tomadas pelos sócios;
- (b) cumprir com regulamentos e políticas corporativas internas, em referência à administração da Sociedade;
- (c) sempre considerar o melhor interesse da Sociedade, incluindo os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre a Sociedade, seus sócios, empregados ativos, fornecedores, consumidores, a comunidade e o meio ambiente nacional e global; e
- (d) respeitar, cumprir com e disseminar pela organização todos os princípios e valores corporativos emanados dos sócios, conforme as políticas da Sociedade e de seu grupo econômico.

Parágrafo 1º - O Diretor Geral terá, ainda, os seguintes deveres e atribuições:

- (i) coordenar as atividades da Diretoria da Sociedade, ou seja, dos demais Diretores, de acordo com as atribuições específicas determinadas neste Contrato Social;
- (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

- (iii) reportar aos sócios, sempre que solicitado, resultados financeiros, informações sobre o desempenho da Sociedade, dados de negócios realizados no país e no exterior e informações contábeis.

Parágrafo 2º - A Diretora de Operações Industriais terá os seguintes deveres e atribuições:

- (i) responsabilizar-se pelo cumprimento das leis, regulamentos e padrões internacionais no que se refere à qualidade e conformidade sanitária no âmbito das instalações e operações fabris;
- (ii) implementar e promover a continuidade das medidas e políticas de preservação do meio ambiente e da segurança do trabalho no tocante às instalações e operações fabris;
- (iii) dirigir as operações fabris, incluindo setores de Qualidade, Produção, Armazenagem, Estoques, Expedição e Engenharia/Manutenção, atendendo as necessidades da Sociedade e observando a legislação e regulamentação em vigor;
- (iv) supervisionar as atividades fabris no geral e promover a continuidade de tais atividades, adotando medidas de mitigação de risco de descontinuação e, sempre que possível, medidas de melhoramento da produtividade/redução de custos; e
- (v) manter e desenvolver a capacidade de produção da Sociedade.

Parágrafo 3º - A Diretora Jurídica terá, ainda, os seguintes deveres e atribuições:

- (i) coordenar os assuntos jurídicos que envolvam a Sociedade;
- (ii) aconselhar a Sociedade no tocante às suas demandas jurídicas e administrativas, dando-lhe suporte quanto aos aspectos legais de suas ações; e

- (iii) orientar a Sociedade quanto à celebração de contratos de qualquer natureza, visando à adoção de corretas práticas processuais do ponto de vista legal e administrativo às transações da Sociedade.

Parágrafo 4º - O Diretor Financeiro terá, ainda, os seguintes deveres e atribuições:

- (i) dirigir e coordenar as áreas e respectivas atividades contábeis, de controle, planejamento financeiro e inteligência da informação;
- (ii) promover o desenvolvimento dos negócios da Sociedade por meio da gestão de recursos financeiros apropriados;
- (iii) preservar a liquidez e a solvência da Sociedade;
- (iv) realizar o planejamento e desenvolvimento financeiro, bem como fazer com que estejam funcionais e fidedignos os sistemas, políticas e procedimentos financeiros e fiscais, orçamentos de médio e longo prazos, respeitados os requerimentos legais e padrões internacionais;
- (v) promover a melhoria contínua dos sistemas de inteligência da informação e seu funcionamento adequado para suprir as necessidades da Sociedade, resguardados os casos fortuitos e de força maior; e
- (vi) coordenar e supervisionar o recolhimento de todos e quaisquer tributos devidos pela Sociedade, bem como o cumprimento das obrigações acessórias correspondentes e a entrega das respectivas declarações de todos os impostos, taxas e encargos devidos pela Sociedade em razão da exploração de suas atividades, conforme venham a ser determinados e exigidos nos termos da lei aplicável.

Autorização Prévia para a Prática de Determinados Atos

Cláusula 9º. A prática dos seguintes atos em nome da Sociedade estará condicionada à prévia e expressa deliberação ou aprovação escrita do sócio ou sócios representando a maioria do capital social; tal deliberação ou aprovação poderá ser concedida por

meio de qualquer instrumento escrito, inclusive, por ata ou por telegrama, e-mail ou carta, endereçado à Sociedade:

- (a) celebrar quaisquer contratos ou acordos de qualquer natureza, cujo montante envolvido em uma operação ou série de operações relacionadas e dentro do mesmo exercício social seja superior a R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais);
- (b) alienação de quaisquer ativos imobilizados da Sociedade cujo montante envolvido em uma operação ou série de operações relacionadas e dentro do mesmo exercício social seja superior a R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais);
- (c) compra, venda, alienação ou aquisição a qualquer título ou qualquer forma de disposição ou transação de marcas, institucionais ou de produtos do portfólio global; patentes ou outros ativos intangíveis e seus respectivos registros;
- (d) compra, subscrição, integralização, transferência ou alienação de quotas do capital social ou ações pela Sociedade;
- (e) incorporação, fusão ou cisão de sociedade na qual a Sociedade seja sócia;
- (f) abertura de subsidiárias, holdings, "parent companies" ou quaisquer pessoas jurídicas societariamente ligadas à Sociedade;
- (g) compra, venda, troca, penhora, hipoteca, ônus, arrendamento, aquisição, alienação ou oneração, a qualquer título ou forma, de bens imóveis;
- (h) concessão ou solicitação de qualquer empréstimo ou operação de financiamento cujo valor seja igual ou superior a R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), nas quais a Sociedade seja concedente ou tomadora;
- (i) envolver a Sociedade em novo negócio que não esteja relacionado ao seu objeto social;

- (j) prestar garantias em empréstimos ou outras obrigações da Sociedade em favor de terceiros;
- (k) nomeação de auditores independentes para elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade; e
- (l) pedido de recuperação judicial e/ou de autofalência.

Vedação de Determinados Atos

Cláusula 10. São expressamente vedados e, portanto, nulos e não gerarão responsabilidade para a Sociedade, os atos de qualquer dos sócios, Diretores, procuradores ou empregados praticados em desacordo com o disposto neste Contrato Social e, em especial, aqueles que envolverem a Sociedade em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos objetivos sociais ou praticados sem a autorização prévia e expressa de sócio ou sócios representando a maioria do capital social, nos termos da Cláusula 9ª.

Representação perante Terceiros

Cláusula 11. Os Diretores terão amplos e gerais poderes para a representação da Sociedade perante terceiros e o uso da denominação social em todos os atos, em juízo ou fora dele, observado, porém o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º – A Sociedade será representada perante terceiros (i) por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto ou isoladamente, (ii) por um Diretor agindo em conjunto com um procurador devidamente constituído pela Sociedade na forma do Parágrafo 2º abaixo, ou (iii) por meio de procuradores, devidamente constituídos pela Sociedade na forma do Parágrafo 2º abaixo, a quem tenham sido outorgados poderes específicos para atuar em conjunto com outro procurador ou isoladamente.

Parágrafo 2º – A Sociedade, representada por 2 (dois) Diretores em conjunto, poderá nomear procurador(es) para atuar (a) em processos judiciais ou administrativos (*ad judícia*), com mandato por prazo indeterminado, ou também (b) para finalidade específica e por prazo determinado, o(s) qual(ais) assinará(ão) individual ou conjuntamente, em nome da Sociedade, conforme sejam os poderes para tanto

outorgados, observados os limites da delegação de poderes corporativa e as disposições da Cláusula 9ª, podendo praticar os seguintes atos:

- (i) representar a Sociedade perante repartições públicas, a Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, autoridades alfandegárias ou quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais; entidades de classe ou ainda sindicatos profissionais;
- (ii) representar a Sociedade em licitações promovidas pelo Poder Público;
- (iii) assinar escrituras de qualquer natureza, títulos de crédito, contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade, exceto cheques, ordens de transferência ou outras ordens que importem desembolso de caixa, que são regulados pelo parágrafo 4º abaixo;
- (iv) efetuar a contratação de terceiros para a prestação de serviços;
- (v) conceder garantias em locações residenciais, a favor de empregados da Sociedade que venham a ser transferidos para outra localidade; e
- (vi) efetuar a contratação e a demissão de empregados da Sociedade.

Parágrafo 3º - Quando se tratar de emissão de cheques, ordens de transferência ou outra forma de desembolso de caixa, a representação da Sociedade será sempre (i) conjunta do Diretor Geral e do Diretor Financeiro, ou (ii) do Diretor Geral ou do Diretor Financeiro em conjunto com um procurador devidamente constituído pela Sociedade; ou ainda (iii) por pelo menos dois procuradores com poderes específicos para tanto.

Indenização de Diretores

Cláusula 12. Caso os Diretores da Sociedade sejam requeridos a participar de, ou tornem-se partes de investigação, ação, reclamação, processo, procedimento ou arbitragem pendente, em curso ou concluída, na esfera cível, criminal, tributária, ambiental ou administrativa ("Processo"), pela prática de atos ou omissões ocorridos

durante o exercício do cargo; desde que tais atos ou omissões não tenham decorrido de descumprimento ou inobservância da lei ou das disposições deste Contrato Social, nem sejam estranhos ao exercício normal de gestão da Sociedade e cumprimento dos objetivos sociais; farão jus a uma indenização a ser paga pela Sociedade.

Parágrafo 1º - A indenização deverá ser em montante suficiente para fazer frente ao pagamento de despesas, incluindo, mas não se limitando a honorários advocatícios, custas, taxas, multas, penalidades, tributos e outros custos, em que tenham incorrido os Diretores, desde que justificáveis e especificamente relacionados a um Processo nas condições previstas no *caput*.

Parágrafo 2º - Valores decorrentes de acordos em Processos pendentes somente serão indenizáveis se a Sociedade prévia e expressamente aprovar os termos e condições do acordo.

Parágrafo 3º - O direito à indenização será aplicável aos Processos iniciados ou em curso após a data de inserção do referido direito neste Contrato Social, ou seja, após 15 de junho de 2015, sejam tais Processos relativos a atos ou omissões ocorridos antes ou após a outorga do direito de indenização objeto desta cláusula, não se aplicando, porém, a Processos concluídos em data anterior.

Parágrafo 4º - O direito à indenização não se aplicará aos Processos referentes a atos ou omissões praticados com dolo pelos Diretores.

Parágrafo 5º - O direito à indenização será oponível pelos Diretores contra a Sociedade, estendendo a seus herdeiros ou sucessores, e não excluirá qualquer outro direito a que façam jus os Diretores.

Parágrafo 6º - O direito à indenização será oponível pelos Diretores contra a Sociedade, mesmo depois que estes forem dispensados do cargo de administrador ou após a rescisão de seu vínculo trabalhista com a Sociedade, desde que a rescisão não seja por justa causa, em decorrência de má conduta profissional, fraude ou má gestão provocada pelo Diretor. Para que não restem dúvidas, o direito de indenização deve ser aplicável de acordo com as disposições aqui contidas a qualquer momento antes ou depois da rescisão do vínculo trabalhista, até o montante que seja necessário para cobrir as despesas estabelecidas no parágrafo 1º.

Parágrafo 7º - A alteração, exclusão ou modificação do direito à indenização ou deste Contrato Social não ensejará a perda do referido direito, desde que relacionado a atos ou omissões que tenham ocorrido anteriormente a tal alteração, exclusão ou modificação.

Parágrafo 8º - Os sócios terão responsabilidade solidária à da Sociedade pelo pagamento da indenização ora prevista.

Capítulo IV – Deliberações e Reuniões de Sócios

Clausula 13. As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões, pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, observadas as disposições legais e ressalvados os casos em que a Lei exige quórum maior, tornando-se as reuniões dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre seu objeto.

Parágrafo 1º - As reuniões de sócios serão realizadas pelo menos uma vez por ano, até o quarto mês após o término do exercício fiscal, para (i) analisar os relatórios e contas da administração e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, e (ii) eleger novos Diretores, caso seja necessário; e sempre que os interesses sociais assim o exigirem. As reuniões de sócios serão convocadas pelos Diretores da Sociedade, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante carta com aviso de recebimento, ou e-mail, com comprovante de envio, contendo a indicação das matérias objeto da ordem do dia, data, hora e local de sua realização.

Parágrafo 2º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando todos os sócios comparecerem à reunião, ou expressamente se declararem cientes da ordem do dia, data, hora e local da mesma.

Parágrafo 3º - As reuniões de sócios serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de sócios titulares de quotas que representem a maioria do capital social e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo 4º - Os trabalhos das reuniões serão dirigidos por um presidente escolhido pelos sócios, ao qual é facultado cumular também as funções de secretário, ou indicar, dentre os presentes, alguém para fazê-lo.

Parágrafo 5º - Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata, assinada pelo presidente, secretário e sócios presentes.

Capítulo V - Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula 14. Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócio ou sócios representando a maioria do capital social.

Capítulo VI – Exercício Social e Lucros

Exercício Social

Cláusula 15. O exercício social encerrar-se-á aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de cada ano civil e, ao seu término, será levantado balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Sociedade.

Distribuição de Lucros

Cláusula 16. Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social. Nenhum dos sócios terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação.

Parágrafo 1º - A Sociedade poderá levantar balanços trimestrais ou semestrais, distribuindo os lucros então existentes, conforme venha a ser deliberado pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo 2º - Os sócios terão direito de receber uma participação nos resultados da Sociedade proporcional às respectivas participações no capital social, ficando, porém, autorizadas distribuições desproporcionais de lucros, na forma do artigo 1.007 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, se deliberado por sócios na forma da Cláusula 13ª deste instrumento.

Parágrafo 3º - A Sociedade poderá pagar ou creditar juros individualmente aos sócios, a título de remuneração do capital próprio, observados os critérios e limites legais.

Capítulo VII – Liquidação

Cláusula 17. Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, o liquidante será nomeado em reunião de sócios, por votos que representem a maioria do capital social. Nessas hipóteses, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios, na proporção do número de quotas que cada um possuir.

Capítulo VIII – Resolução da Sociedade com Relação a um Sócio

Cláusula 18. A retirada, exclusão, extinção, insolvência ou falência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com o sócio ou sócios remanescentes, a menos que estes, desde que representem a maioria do capital social, resolvam liquidá-la.

Parágrafo 1º - É admitida a exclusão de sócios mediante deliberação de sócios representando a maioria do capital social, em reunião especialmente convocada para este fim, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil, em virtude de atos de inegável gravidade, e nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

Parágrafo 2º - O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, notificar o(s) sócio(s) remanescente(s) de seu propósito.

Parágrafo 3º - Os haveres do sócio retirante, extinto, excluído, insolvente ou falido serão calculados com base no último balanço geral levantado pela Sociedade e pagos a ele ou a seus sucessores no prazo de 6 (seis) meses contados do evento, desde que a respectiva alteração deste Contrato Social, para tal finalidade, seja devidamente celebrada dentro do referido prazo de 6 (seis) meses.

Capítulo IX – Alterações do Contrato Social

Cláusula 19. O presente Contrato Social poderá ser alterado, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios representando pelo menos 3/4 (três quartos) do capital social, ainda que o documento de alteração só contenha a assinatura destes.

Capítulo X - Foro

Cláusula 20. Para todas as questões oriundas deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”.

E por estarem assim justas e contratadas, as sócias firmam a presente alteração contratual em via eletrônica, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 06 de dezembro de 2024.

[assinaturas na próxima página]

Sócias:

DocuSigned by:
Fernando Iazzetta
ADD7C815761F44E...

CHIESI FARMACEUTICI S.p.A.
p.p. Fernando Fagundes Iazzetta

DocuSigned by:
Fernando Iazzetta
ADD7C815761F44E...

VALLINE S.r.l.
p.p. Fernando Fagundes Iazzetta

Diretora Jurídica Eleita:

Assinado por:
Mariana Campanate Rodrigues Viñau
4A05555654D1418...

Mariana Campanate Rodrigues Viñau

Testemunhas:

DocuSigned by:
Amanda Wiechert Pinheiro
98D1689D67144AA...

Nome: Amanda Wiechert Pinheiro
CPF/MF: 386.278.818-04

DocuSigned by:
David
C31F4B513FAC482...

Nome: David Rafael Ferreira
CPF/MF: 357.359.838-22

[Página de assinaturas do Instrumento Particular da 48ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Chiesi Farmacêutica Ltda., datada de 06 de dezembro de 2024]



ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, KOURY LOPES ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

DocuSign
17 01 25

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact KOURY LOPES ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: mdoubek@klalaw.com.br

To advise KOURY LOPES ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at mdoubek@klalaw.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from KOURY LOPES ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to mdoubek@klalaw.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with KOURY LOPES ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to mdoubek@klalaw.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify KOURY LOPES ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by KOURY LOPES ADVOGADOS during the course of your relationship with KOURY LOPES ADVOGADOS.